

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	384.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>384.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	1.358.233	1.316.853
1.01	Ativo Circulante	88.459	123.032
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.070	52.661
1.01.02	Aplicações Financeiras	56.974	49.666
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	56.974	49.666
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	56.974	49.666
1.01.03	Contas a Receber	14.066	16.143
1.01.03.01	Clientes	14.066	16.143
1.01.03.01.01	Clientes	14.066	16.143
1.01.06	Tributos a Recuperar	177	2.510
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	177	2.510
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.102	887
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.070	1.165
1.01.08.03	Outros	1.070	1.165
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.060	1.063
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	10	102
1.02	Ativo Não Circulante	1.269.774	1.193.821
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.710	17.446
1.02.01.06	Tributos Diferidos	281	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	281	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.429	17.446
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	23.429	17.446
1.02.03	Imobilizado	16.641	19.715
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.641	19.715
1.02.04	Intangível	1.229.423	1.156.660
1.02.04.01	Intangíveis	1.229.423	1.156.660

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	1.358.233	1.316.853
2.01	Passivo Circulante	169.313	123.460
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.535	3.044
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.535	3.044
2.01.02	Fornecedores	24.959	5.616
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.959	5.616
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.818	2.787
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.818	2.787
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.818	2.787
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	90.810	85.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	33.539	38.362
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.539	38.362
2.01.04.02	Debêntures	57.271	47.500
2.01.05	Outras Obrigações	37.437	18.031
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.447	15.123
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	34.263	15.025
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	184	98
2.01.05.02	Outros	2.990	2.908
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	330	360
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.660	2.548
2.01.06	Provisões	8.754	8.120
2.01.06.02	Outras Provisões	8.754	8.120
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	6.681	6.681
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	948	0
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	1.125	1.439
2.02	Passivo Não Circulante	738.739	747.792
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	579.573	602.826
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	154.352	176.285
2.02.01.02	Debêntures	425.221	426.541
2.02.02	Outras Obrigações	123.291	111.473
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	118.473	108.065
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	118.473	108.065
2.02.02.02	Outros	4.818	3.408
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	4.818	3.408
2.02.03	Tributos Diferidos	12.632	13.186
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.632	13.186
2.02.04	Provisões	23.243	20.307
2.02.04.02	Outras Provisões	23.243	20.307
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	20.890	18.513
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.353	1.794
2.03	Patrimônio Líquido	450.181	445.601
2.03.01	Capital Social Realizado	384.000	350.000
2.03.01.01	Subscrito	384.000	350.000
2.03.02	Reservas de Capital	434	34.384
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.000
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	434	384

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	66.233	66.233
2.03.04.01	Reserva Legal	0	4.560
2.03.04.10	Orçamento de capital	0	61.673
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-486	-5.016

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	118.117	270.368	88.589	305.450
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-81.678	-168.126	-56.231	-215.023
3.03	Resultado Bruto	36.439	102.242	32.358	90.427
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.445	-15.457	-6.177	-16.383
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.445	-15.459	-6.180	-16.388
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	2	3	5
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.994	86.785	26.181	74.044
3.06	Resultado Financeiro	-22.308	-79.680	-22.678	-81.281
3.06.01	Receitas Financeiras	3.365	10.643	3.442	10.758
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.673	-90.323	-26.120	-92.039
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.686	7.105	3.503	-7.237
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.319	-2.575	-1.228	3.495
3.08.01	Corrente	-3.370	-3.410	0	111
3.08.02	Diferido	51	835	-1.228	3.384
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.367	4.530	2.275	-3.742
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.367	4.530	2.275	-3.742
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00710	0,01202	0,00674	0,01109

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	6.367	4.530	2.275	-3.742
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.367	4.530	2.275	-3.742

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	159.171	82.549
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	120.982	119.715
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.530	-3.742
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	25.513	29.977
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	578	40
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/financiamentos, empréstimos e debêntures	75.280	79.938
6.01.01.05	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	224	3.659
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	381	340
6.01.01.07	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-5.138	-4.782
6.01.01.08	Juros sobre contrato de mútuo	12.244	10.059
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	50	90
6.01.01.10	Tributos diferidos	-835	-3.384
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	-17	-1.066
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	415	7
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.562	-2.092
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	4.245	6.391
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	1.713	1.332
6.01.01.16	Capitalização de Juros	419	-24
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	2.942	2.972
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	38.189	-37.166
6.01.02.01	Clientes	2.094	800
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-215	-397
6.01.02.03	Tributos a recuperar	2.333	-1.606
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-4.836	-15.716
6.01.02.05	Outros créditos	3	-2.973
6.01.02.06	Fornecedores	19.343	-4.002
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	491	221
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.031	-498
6.01.02.09	Partes relacionadas	19.416	177
6.01.02.10	Outras contas a pagar	1.522	-1.240
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-46	-123
6.01.02.12	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-3.895	-6.475
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	948	-5.334
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96.199	-120.304
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.347	-1.481
6.02.02	Aquisição de intangível	-93.852	-118.823
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-100.563	2.649
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-2.170	6.031
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-44.214	-29.949
6.03.04	Pagamento de credor pela concessão	-2.972	-2.999
6.03.05	Aporte de capital	0	40.275
6.03.06	Partes relacionadas - Mútuo	-1.836	-1.509



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
6.03.08	Juros pagos	-49.371	-43.200
6.03.09	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	0	34.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.591	-35.106
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52.661	90.659
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.070	55.553

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.000	-33.950	0	0	0	50
5.04.01	Aumentos de Capital	34.000	-34.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	50	0	0	0	50
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.530	0	4.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.530	0	4.530
5.07	Saldos Finais	384.000	434	66.233	-486	0	450.181

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.275	34.090	0	0	0	74.365
5.04.01	Aumentos de Capital	40.275	0	0	0	0	40.275
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	90	0	0	0	90
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.000	0	0	0	34.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.742	0	-3.742
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.742	0	-3.742
5.07	Saldos Finais	350.000	34.361	66.233	-3.742	0	446.852

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
7.01	Receitas	287.280	322.538
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	186.047	187.985
7.01.02	Outras Receitas	10.087	10.129
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	91.146	124.424
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-140.895	-183.808
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-128.975	-171.458
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.920	-12.350
7.03	Valor Adicionado Bruto	146.385	138.730
7.04	Retenções	-25.513	-29.977
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.513	-29.977
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	120.872	108.753
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.643	10.758
7.06.02	Receitas Financeiras	10.643	10.758
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	131.515	119.511
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	131.515	119.511
7.08.01	Pessoal	15.712	16.377
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.354	12.345
7.08.01.02	Benefícios	3.655	3.575
7.08.01.03	F.G.T.S.	703	457
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.487	13.593
7.08.02.01	Federais	9.734	3.736
7.08.02.03	Municipais	9.753	9.857
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	91.786	93.283
7.08.03.01	Juros	43.032	45.686
7.08.03.02	Aluguéis	1.467	1.244
7.08.03.03	Outras	47.287	46.353
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.530	-3.742
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.530	-3.742

## Comentário do Desempenho

# Ecopistas anuncia resultados do 3T16 e 9M16: Custos Caixa reduziram 13,3% no 3T16

**Itaquaquecetuba, 09 de novembro de 2016** – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2016 (3T16) e primeiros nove meses de 2016 (9M16). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com – as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2015 (3T15) e primeiros nove meses de 2015 (9M15).

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 3T16, registrou 19.966 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA, no 3T16, foi de R\$ 40,5 milhões com margem EBITDA de 34,4%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção totalizou R\$ 41,9 milhões com margem EBITDA de 66,7%.
- A receita líquida foi de R\$ 118,1 milhões no 3T16 e R\$ 270,4 milhões no 9M16.

Destaques (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	19.966	21.419	-6,8%	59.759	66.477	-10,1%
Tarifa média <sup>2</sup>	3,28	3,03	8,3%	3,11	2,83	9,9%
Receita líquida	118,1	88,6	33,3%	270,4	305,5	-11,5%
EBITDA Pró-forma <sup>3</sup>	41,9	38,2	37,0%	116,5	110,4	5,6%
Margem EBITDA Pró-forma	66,7%	61,3%	5,4 p.p.	65,0%	61,0%	4,0 p.p.
Capex	57,9	27,4	111,3%	99,7	125,7	-20,7%

<sup>1</sup> em milhares de veículos equivalentes pagantes

<sup>2</sup> em Reais

<sup>3</sup> Inclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

### COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas

## Comentário do Desempenho

acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, com prazo de 30 anos e previsão para encerramento em 18 de junho de 2039.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, totalizou 19.967 mil no 3T16 e 59.759 no 9M16, redução de 6,8% e 10,1% respectivamente.

<b>VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)</b>	<b>3T16</b>	<b>3T15</b>	<b>Var.</b>	<b>9M16</b>	<b>9M15</b>	<b>Var.</b>
Passeio	13.936	14.774	-5,7%	42.217	44.626	-5,4%
Comercial	6.031	6.644	-9,2%	17.542	21.851	-19,7%
<b>Total</b>	<b>19.967</b>	<b>21.418</b>	<b>-6,8%</b>	<b>59.759</b>	<b>66.477</b>	<b>-10,1%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

#### TARIFA MÉDIA

<b>Tarifa Média (em R\$)</b>	<b>3T16</b>	<b>3T15</b>	<b>Var.</b>	<b>9M16</b>	<b>9M15</b>	<b>Var.</b>
Ecopistas	3,28	3,03	8,3%	3,11	2,83	9,9%

## Comentário do Desempenho

### RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 124,0 milhões no 3T16 aumento de 31,4% e de R\$ 287,2 milhões redução de 10,9% em comparação ao período anterior.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Receitas de Pedágio	65,5	64,8	1,1%	186,0	188,0	-1,0%
Receitas Acessórias	3,2	3,4	-5,9%	10,1	10,1	-0,4%
Receita de Construção ICPC-01	55,3	26,3	110,3%	91,1	124,4	-26,7%
<b>Total</b>	<b>124,0</b>	<b>94,5</b>	<b>31,3%</b>	<b>287,2</b>	<b>322,5</b>	<b>-10,9%</b>

**Receita de Pedágio** - redução de 0,9% no 3T16, resultante da redução no volume de tráfego pedagiado e do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2016.

**Receita de Construção** – aumento de 110,5% no 3T16, devido ao maior nível de obras contratuais nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 86,1 milhões no 3T16 e R\$ 183,5 milhões no 9M16, aumento de 38,0% e redução de 20,7%, respectivamente. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 20,9 milhões no 3T16, redução de 13,3%, devido, principalmente, pelas menores despesas com serviços de terceiros reflexo do programa de redução de custos.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Pessoal	5,3	5,4	-1,2%	15,7	16,4	-4,1%
Conservação e manutenção	1,8	2,2	-18,0%	5,2	6,6	-22,2%
Serviços de terceiros	10,2	12,5	-18,5%	30,8	37,2	-17,3%
Poder concedente, seguros e locações	1,8	1,9	-10,5%	5,7	5,7	0,4%
Outros	1,8	2,1	-14,3%	5,3	4,7	12,8%
<b>Custos Caixa</b>	<b>20,9</b>	<b>24,1</b>	<b>-13,3%</b>	<b>62,7</b>	<b>70,6</b>	<b>-11,2%</b>
Provisão manutenção ICPC 01	1,4	1,8	-22,4%	4,2	6,4	-33,6%
Custo de construção de Obras ICPC 01	55,3	26,3	110,5%	91,1	124,4	-26,7%
Depreciação e amortização	8,5	10,2	-16,8%	25,5	30,0	-14,9%
<b>TOTAL</b>	<b>86,1</b>	<b>62,4</b>	<b>38,0%</b>	<b>183,5</b>	<b>231,4</b>	<b>-20,7%</b>

(\*) os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA

O EBITDA totalizou R\$40,5 milhões no 3T16 e R\$112,3 milhões 9M16, crescimento de 11,5% e 7,9%, respectivamente. A margem EBITDA atingiu 34,4% no 3T16 e 41,5% no 9M16, uma redução de 6,7 pontos percentuais em relação ao 3T15 e crescimento de 7,4 pontos percentuais em relação à 9M15.

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção totalizou R\$ 41,9 milhões com margem EBITDA de 66,7% para o 3T16.

EBITDA (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Prejuízo/Lucro Líquido	6,4	2,3	178,3%	4,5	(3,7)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	3,3	1,2	175,0%	2,6	(3,5)	n.m.
Resultado Financeiro	22,3	22,7	-1,8%	79,7	81,3	-2,0%
Depreciação e Amortização	8,5	10,2	-16,7%	25,5	30,0	-14,9%
<b>EBITDA</b>	<b>40,6</b>	<b>36,4</b>	<b>11,5%</b>	<b>112,3</b>	<b>104,1</b>	<b>7,9%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>34,4%</b>	<b>41,1%</b>	<b>-6,7 p.p.</b>	<b>41,5%</b>	<b>34,1%</b>	<b>7,4 p.p.</b>

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T16 foi negativo em R\$ 22,4 milhões e R\$ 79,7 milhões no 9M16, redução de 1,8% e 2,0%, respectivamente.

Resultado financeiro (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Juros sobre debêntures	(10,1)	(9,8)	3,1%	(29,7)	(28,7)	3,5%
Juros sobre financiamentos	(4,0)	(5,3)	-24,5%	(13,3)	(17,0)	-21,8%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos, líquido	(6,3)	(6,2)	1,6%	(31,3)	(31,0)	1,0%
Receita de aplicação financeira	2,3	2,8	-17,9%	8,5	8,6	-1,2%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(0,6)	(0,4)	50,0%	(1,7)	(1,3)	30,8%
Outros efeitos financeiros	(3,6)	(3,8)	-5,3%	(12,2)	(11,9)	1,7%
<b>TOTAL</b>	<b>(22,3)</b>	<b>(22,7)</b>	<b>-1,8%</b>	<b>(79,7)</b>	<b>(81,3)</b>	<b>-2,0%</b>

### LUCRO LÍQUIDO

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 6,4 milhões no 3T16 e R\$ 4,5 milhões no 9M16.

### ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou setembro de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 72,0 milhões. O endividamento financeiro bruto



## Comentário do Desempenho

da Ecopistas (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$ 670,4 milhões em 30 de setembro de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$ 598,4 acréscimo de 2,0% quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

<b>Endividamento</b> <b>(em milhões de R\$)</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Var.</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>90,8</b>	<b>85,9</b>	<b>5,7%</b>
Empréstimos e financiamentos	33,5	38,4	-12,8%
Debêntures	57,3	47,5	20,6%
<b>Longo Prazo</b>	<b>579,6</b>	<b>602,8</b>	<b>-3,8%</b>
Empréstimos e financiamentos	154,4	176,3	-12,4%
Debêntures	425,2	426,5	-0,3%
<b>Endividamento Financeiro Bruto<sup>1</sup></b>	<b>670,4</b>	<b>688,7</b>	<b>-2,7%</b>
Credor pela Concessão	0,3	0,3	0,0%
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>670,7</b>	<b>689,0</b>	<b>-2,7%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	72,0	102,3	-29,6%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>598,7</b>	<b>586,7</b>	<b>2,0%</b>
<b>Endividamento Financeiro Líquido<sup>1</sup></b>	<b>598,4</b>	<b>586,4</b>	<b>2,0%</b>

<sup>1</sup> Exclui a dívida com o credor pela concessão

## CAPEX

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$57,9 milhões no 3T16 e R\$99,7 milhões para 9M16. Os principais investimentos realizados foram pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

<b>(em milhões de R\$)</b>	<b>3T16</b>			<b>9M16</b>		
	<b>Intangível/ Imobilizado</b>	<b>Custo de Manutenção</b>	<b>Total</b>	<b>Intangível/ Imobilizado</b>	<b>Custo de Manutenção</b>	<b>Total</b>
Capex	56,8	1,1	57,9	95,8	3,9	99,7

## Comentário do Desempenho

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 53,7 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo 30 de setembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de novembro de 2016.

### 2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br).

### 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, não há impactos relevantes para a Companhia.

## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	3.263	4.003
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimentos (a)	2.529	42.986
Aplicações compromissadas (b)	6.629	4.210
Aplicações automáticas compromissadas (c)	2.649	1.462
	<u>15.070</u>	<u>52.661</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos

Em 30 de setembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 25,8% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 67,8% em Operações Compromissadas e 6,4 % em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90,0% CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

### 5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundo de Investimentos (a)	55.013	47.765
Poupança (b)	1.961	1.901
	<u>56.974</u>	<u>49.666</u>
Circulante	56.974	49.666
Não circulante	-	-

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,3% do CDI (98,9% em 31 de dezembro de 2015) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal BNDES e Debêntures.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui um saldo de R\$1.961 (R\$1.901 em 31 de dezembro de 2015) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

## Notas Explicativas

### 6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	12.242	14.667
Cupons de pedágio	813	796
Receitas acessórias	1.115	767
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(104)	(87)
	<u>14.066</u>	<u>16.143</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	13.930	16.140
Vencidos:		
Até 30 dias	26	3
De 31 a 60 dias	6	-
De 61 a 90 dias	1	-
De 90 a 120 dias	103	-
Acima de 120 dias	104	87
	<u>14.170</u>	<u>16.230</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	87	1.148
Valores recuperados no período	(3)	(1.066)
Constituição de PCLD no período	20	-
Saldo final no período	<u>104</u>	<u>82</u>

### 7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$1.102 (R\$887 em 31 de dezembro de 2015) classificados como ativo circulante e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 30.

## Notas Explicativas

### 8. Tributos a recuperar

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	177	2.441
Outros	-	69
	<u>177</u>	<u>2.510</u>

### 9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	17.446	3.157
Adições	4.836	15.716
Baixas	(415)	(7)
Atualização monetária	1.562	2.092
Saldo final	<u>23.429</u>	<u>20.958</u>

As adições realizadas no período findo em 30 de setembro de 2015 referem-se aos depósitos complementares das 56 ações de desapropriação referente à obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até a Rodovia Oswaldo Cruz, decorrentes da obrigação contratual com o Poder Concedente.

## Notas Explicativas

## 10. Imobilizado

	Custo				Depreciação				Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %		Saldos em		Saldos em		Saldos em		Saldos em			
	31/12/2014	Adições	Transf.	30/09/2015	31/12/2014	Adições	Transf.	30/09/2015	30/09/2015	31/12/2014		
Hardwares	14,8	47.983	1.050	-	(1)	49.032	(29.328)	(5.396)	-	(34.724)	14.308	18.655
Máquinas e equipamentos	12,3	780	-	780	-	(262)	(72)	-	(334)	446	518	
Móveis e utensílios	10,1	1.497	43	1.539	(1)	(500)	(115)	1	(614)	925	997	
Edificações	32,1	250	-	249	(1)	(38)	(6)	(4)	(48)	201	212	
Instalações	10,2	4.606	388	5.005	11	(675)	(369)	3	(1.041)	3.964	3.931	
Outros	-	230	-	470	240	(63)	-	63	-	470	167	
		55.346	1.481	-	248	57.075	(30.866)	(5.958)	63	(36.761)	20.314	24.480

  

	Custo				Depreciação				Residual	
	Taxas médias anuais de depreciação %		Saldos em		Saldos em		Saldos em		Saldos em	
	31/12/2015	Adições	Transferências	30/09/2016	31/12/2015	Adições	Transferências	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015
Hardwares	11,4	49.886	507	4	50.397	(36.335)	(4.303)	(40.638)	9.759	13.551
Máquinas e equipamentos	11,6	960	661	-	1.621	(360)	(113)	(473)	1.148	600
Móveis e utensílios	10,0	1.571	57	(3)	1.625	(651)	(120)	(771)	854	920
Edificações	-	249	-	-	249	(51)	-	(51)	198	198
Instalações	9,5	5.143	867	(1)	6.009	(1.167)	(397)	(1.564)	4.445	3.976
Terrenos	18,8	-	255	-	255	-	(18)	(18)	237	-
Outros	-	470	-	(470)	-	-	-	-	-	470
		58.279	2.347	(470)	60.156	(38.564)	(4.951)	(43.515)	16.641	19.715

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

## Notas Explicativas

## 11. Intangível

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual			
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2015	31/12/2014	
(*)	1.139.352	118.832	(41)	(248)	1.257.895	(94.215)	(23.905)	1	(63)	(118.182)	1.139.713	1.045.137
	521	15	-	-	536	-	-	-	-	-	536	521
13,3	1.235	-	-	-	1.235	(863)	(114)	-	-	(977)	258	372
	1.141.108	118.847	(41)	(248)	1.259.666	(95.078)	(24.019)	1	(63)	(119.159)	1.140.507	1.046.030

Contratos de concessão Intangível em andamento Softwares de terceiros

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/09/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 30/09/2016	31/12/2015	
(*)	1.282.997	62.312	(571)	-	1.344.738	(126.825)	(20.450)	-	(147.275)	1.197.463	1.156.172
-	-	30.965	(7)	470	31.428	-	-	-	-	31.428	-
9,4	1.508	156	-	-	1.664	(1.020)	(112)	-	(1.132)	532	488
	1.284.505	93.433	(578)	470	1.377.830	(127.845)	(20.562)	-	(148.407)	1.229.423	1.156.660

Contratos de concessão Intangível em andamento Softwares de terceiros

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 30 de setembro de 2016 é de 2,07% a.a. (2,65% a.a. em 30 de setembro de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No período findo em 30 de setembro de 2016 foram capitalizados R\$419 de encargos financeiros (R\$24 em 30 de setembro de 2015).



## Notas Explicativas

### 12. Imposto de renda e contribuição social

#### a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/09/2016	30/09/2016
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	610	234	(44)	800	190
Provisão para férias e encargos de diretores	105	67	(7)	165	60
Provisão para devedores duvidosos	1	8	(5)	4	3
Prejuízo fiscal e base negativa	618	1.255	(1.873)	-	(618)
Provisão para manutenção	9.154	701	-	9.855	701
Juros capitalizados	(87)	(119)	-	(206)	(119)
AVP ônus Concessão	2.349	-	(210)	2.139	(210)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(25.936)	-	828	(25.108)	828
<b>IR e CS diferido - ativo/(passivo)</b>	<b>(13.186)</b>	<b>2.146</b>	<b>(1.311)</b>	<b>(12.351)</b>	
<b>Receita (despesa) de IR e CS diferido</b>					<b>835</b>

(\*) O RTT contempla ICPC-01 e Juros Capitalizados.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

(\*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

## Notas Explicativas

### b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do períodos seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>7.105</b>	(7.237)
Alíquota	<b>34%</b>	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	<b>(2.416)</b>	2.461
Despesas indedutíveis	<b>(38)</b>	(2)
Incentivos fiscais (PAT)	<b>(139)</b>	111
Outros	<b>18</b>	925
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<b>(2.575)</b>	3.495
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(3.410)</b>	111
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>835</b>	3.384

### c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	-	5.334
Despesa IR/CS corrente DRE	<b>3.410</b>	(111)
Total IR/CS pagos no período	<b>(2.462)</b>	(5.223)
Saldo final provisão IR/CS	<b>948</b>	-

## 13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	<b>1.094</b>	1.197
Cofins	<b>698</b>	773
PIS	<b>149</b>	165
ISS na fonte	<b>137</b>	62
INSS fonte	<b>381</b>	108
PIS/Cofins/CSLL na fonte	<b>1.085</b>	215
Outros	<b>274</b>	267
	<b>3.818</b>	2.787

## 14. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Em moeda nacional - BNDES	16 de junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	<b>149.538</b>	173.214
Em moeda nacional - BNDES	15 de julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	<b>38.353</b>	41.433
			<b>187.891</b>	214.647
Circulante			<b>33.539</b>	38.362
Não circulante			<b>154.352</b>	176.285

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	<b>214.647</b>	230.946
Encargos financeiros	<b>17.185</b>	17.016
Pagamento principal	<b>(25.495)</b>	(18.255)
Pagamento de juros	<b>(18.446)</b>	(11.456)
Saldo final	<b>187.891</b>	218.251

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

**Garantia** A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

**Índices financeiros exigidos** (i) razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2016, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) PL/passivo total	<b>&gt; 20%</b>	<b>33,12%</b>
(ii) Cobertura da dívida	<b>&gt; 1,20</b>	<b>1,67</b>
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	<b>&lt; 4,00</b>	<b>3,84</b>

(\*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	49.600	114 mensais
b	85.528	85.528	33.533	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	8.105	114 mensais
e	21.769	21.769	2.721	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	891	114 mensais
k	29.846	22.438	1.771	114 mensais
l	9.169	9.169	917	10 anuais
Total	<u>355.396</u>	<u>277.384</u>	<u>97.538</u>	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	<b>6.958</b>	31.836
2018	<b>32.449</b>	31.892
2019	<b>32.621</b>	32.064
2020	<b>32.627</b>	32.070
2021	<b>21.819</b>	21.377
Posteriores a 2021	<b>27.878</b>	27.046
	<b>154.352</b>	176.285

## Notas Explicativas

### 15. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido	461.238	462.677
Remuneração (juros)	27.145	18.184
Custos com emissão de debêntures (*)	(5.891)	(6.820)
	<u>482.492</u>	<u>474.041</u>
Circulante	57.221	47.500
Não circulante	425.221	426.541

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	474.041	447.274
Encargos financeiros	58.095	62.922
Pagamento do principal	(18.719)	(11.694)
Pagamento de juros	(30.925)	(31.744)
Saldo final	<u>482.492</u>	<u>466.758</u>

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Data de emissão	15/01/2011
Valor de emissão	R\$370.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2016	1ª série - R\$1.374 2ª série - R\$1.265 3ª série - R\$1.240 4ª série - R\$1.401
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vincenda de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da

## Notas Explicativas

Descrição	
	data da última prestação vencida).
	b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
	c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX

Descrição	
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	PlannerTrustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR) da Moody's
Manutenção de índices financeiros	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	10.686	(428)	10.258	37.140	(1.407)	35.733
2018	52.992	(1.334)	51.658	49.937	(1.334)	48.603
2019	69.661	(1.080)	68.581	65.645	(1.080)	64.565
2020	88.310	(885)	87.425	83.219	(885)	82.334
2021	114.693	(583)	114.110	108.081	(583)	107.498
2022 a 2023	93.392	(203)	93.189	87.961	(153)	87.808
	<b>429.734</b>	<b>(4.513)</b>	<b>425.221</b>	431.983	(5.442)	426.541

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2016, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,14%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,72
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,83

(\*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
-------	------	---------------	----------------------	---------------	---------------	-----

**Notas Explicativas**

---

Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		<u>370.000</u>	<u>(12.668)</u>	<u>357.332</u>		

## Notas Explicativas

### 16. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	circulante	circulante e não circulante
		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	17
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	167
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controlada direta	10	-	7
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	34.256
		10	-	34.447
Não circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	118.473
		-	-	118.473
Intangível				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)		-	568	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)		-	7.857	-
Consórcio Carvalho Pinto (e)		-	1.461	-
		-	9.886	-
Total em 30 de setembro de 2016		10	9.886	152.920
Total em 31 de dezembro de 2015		102	41.911	123.188
Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	12.244
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	13.491	9.563	-
Total em 30 de setembro de 2016		13.491	9.563	12.244
Total em 30 de setembro de 2015		18.971	9.846	10.059

## Notas Explicativas

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$30.738, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano e o saldo em aberto de R\$34.256 em 30 de setembro de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedido garantia.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de setembro de 2016, há um saldo em aberto de R\$118.473 (R\$108.065 em 31 de dezembro de 2015), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2018.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$60.707. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2016, há um saldo de serviços a realizar de R\$38.793. Os saldos em aberto a pagar R\$167 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, SalinImpregiloS.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$51.719. O prazo para execução dos serviços é dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2016, já haviam sido incorridos R\$48.271, e não existem saldos a pagar.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2016 foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2016 em R\$1.059 (R\$978 em 31 de dezembro de 2015).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2015</b>
Remuneração (fixa/variável)	<b>503</b>	784
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 22.c)	<b>50</b>	90
Remuneração baseado em ações (Phantom Stock Option)	<b>88</b>	21
Previdência privada	<b>34</b>	27
	<b>675</b>	922



## Notas Explicativas

### 17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 15,97% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Efeito financeiro	Baixas	30/09/2015
Constituição da provisão para manutenção	20.813	8.174	-	-	28.987
Efeito de valor presente sobre a constituição	(6.578)	(1.783)	-	-	(8.361)
Realização da manutenção	-	-	-	(5.394)	(5.394)
Ajuste a valor presente - realizações	2.340	-	1.332	-	3.672
	<b>16.575</b>	<b>6.391</b>	<b>1.332</b>	<b>(5.394)</b>	<b>18.904</b>
Circulante	4.850				1.876
Não circulante	11.725				17.028

  

	31/12/2015	Adição	Efeito financeiro	Baixas	30/09/2016
Constituição da provisão para manutenção	31.906	6.288	-	-	<b>38.194</b>
Efeito de valor presente sobre a constituição	(9.517)	(2.043)	-	-	<b>(11.560)</b>
Realização da manutenção	(6.553)	-	-	(3.895)	<b>(10.448)</b>
Ajuste a valor presente - realizações	4.116	-	1.713	-	<b>5.829</b>
	<b>19.952</b>	<b>4.245</b>	<b>1.713</b>	<b>(3.895)</b>	<b>22.015</b>
Circulante	1.439				<b>1.125</b>
Não circulante	18.513				<b>20.890</b>

### 18. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 15,97% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Baixa	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(5.338)	(1.081)	-	(6.419)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<b>7.832</b>	<b>(1.081)</b>	<b>-</b>	<b>6.751</b>
Circulante	<b>7.832</b>			<b>6.751</b>
Não circulante	<b>-</b>			<b>-</b>

**Notas Explicativas**

	<u>31/12/2015</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/09/2016</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	<b>13.169</b>
Realização da construção	(6.489)	-	-	<b>(6.489)</b>
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	<b>(3.970)</b>
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	<b>3.971</b>
	<u>6.681</u>			<u><b>6.681</b></u>
Circulante	6.681			<b>6.681</b>
Não circulante	-			-

**19. Obrigações com o Poder Concedente**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Parcelas variáveis	<b>330</b>	360

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	<b>360</b>	359
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	<b>2.942</b>	2.972
Pagamentos	<b>(2.972)</b>	(2.999)
Saldo final	<u><b>330</b></u>	<u>332</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>30/09/2016</u> <u>Previsão de 2016-2039</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Previsão de 2016-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	<b>76.563</b>	104.208
Conservação especial (manutenção)	<b>407.363</b>	418.976
Equipamentos	<b>217.502</b>	207.565

**20. Obrigações sociais**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e outras obrigações a pagar	<b>1.107</b>	1.373
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	<b>329</b>	267
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	<b>63</b>	104
IRRF a recolher	<b>42</b>	78
Provisão de férias e encargos sobre provisão de férias	<b>1.275</b>	888
Provisão de 13º Salário de encargos sobre provisão de 13º	<b>719</b>	334
	<u><b>3.535</b></u>	<u>3.044</u>

## Notas Explicativas

### 21. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	2.938	643	3.581
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.929	730	3.659
(-) Pagamentos	(71)	(52)	(123)
(+) Atualização monetária	213	127	340
Saldos em 30 de setembro de 2015	<b>6.009</b>	<b>1.448</b>	<b>7.457</b>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	472	1.322	1.794
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	273	(49)	224
(-) Pagamentos	(44)	(2)	(46)
(+) Atualização monetária	285	96	381
Saldos em 30 de setembro de 2016	<b>986</b>	<b>1.367</b>	<b>2.353</b>

#### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$3.434 (R\$2.302 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

#### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de setembro de 2016 o montante de R\$3.878 (R\$4.949 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

#### (c) Processos tributários

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### 22. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado é de R\$384.000, representado por 384.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$350.000 em 31 de dezembro de 2015 representado por 350.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal). Em 26 de fevereiro de 2016 foi integralizado um AFAC de R\$34.000.

#### *Capital autorizado*

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

## Notas Explicativas

### b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor da reserva legal é de R\$4.560.

### c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 173.993 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>3ª outorga 25/04/2012</u>	<u>4ª outorga 28/04/2013</u>	<u>5ª outorga 21/04/2014</u>
Quantidade de opções de ações	20.667	47.541	105.785
Preço no período - R\$ por ação	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

## Notas Explicativas

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2016, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$50 (R\$67 em 30 de setembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	20.667	-	-	20.667
Em 31 de dezembro de 2012	20.667	-	-	20.667
Outorgadas	-	47.541	-	47.541
Em 31 de dezembro de 2013	20.667	47.541	-	68.208
Outorgadas	-	-	105.785	105.785
Em 31 de dezembro de 2014	20.667	47.541	105.785	173.993
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	20.667	47.541	105.785	173.993
Outorgadas	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2016	<b>20.667</b>	<b>47.541</b>	<b>105.785</b>	<b>173.993</b>

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	18,70	43.498	2,67	116	11 meses
2017	18,71	38.332	3,16	121	23 meses
2018	14,81	26.447	2,10	56	35 meses
		108.277	2,64	293	

### d) Reserva de retenção de lucros – orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$61.673.

### e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período encerrado em 30 de setembro de 2016 não foram distribuídos valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

**Notas Explicativas****23. Receita líquida**

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	<b>26.216</b>	25.104	<b>75.187</b>	71.492
Pedágio por equipamento eletrônico	<b>37.767</b>	38.123	<b>106.753</b>	111.693
Vale-pedágio	<b>1.503</b>	1.565	<b>4.107</b>	4.800
	<b>65.486</b>	64.792	<b>186.047</b>	187.985
Receita de construção	<b>55.314</b>	26.280	<b>91.146</b>	124.424
Receitas acessórias	<b>3.244</b>	3.382	<b>10.087</b>	10.129
Receita bruta	<b>124.044</b>	94.454	<b>287.280</b>	322.538
Deduções da receita bruta	<b>(5.927)</b>	(5.865)	<b>(16.912)</b>	(17.088)
Receita líquida	<b>118.117</b>	88.589	<b>270.368</b>	305.450

Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<u>Base de cálculo dos impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	<b>65.486</b>	64.792	<b>186.047</b>	187.985
Receitas acessórias	<b>3.244</b>	3.382	<b>10.087</b>	10.129
	<b>68.730</b>	68.174	<b>196.134</b>	198.114
<u>Deduções</u>				
Cofins (3%)	<b>(2.062)</b>	(2.045)	<b>(5.884)</b>	(5.943)
PIS (0,65%)	<b>(447)</b>	(444)	<b>(1.275)</b>	(1.288)
ISS (de 2% a 5%)	<b>(3.418)</b>	(3.388)	<b>(9.753)</b>	(9.857)
Descontos e abatimentos	-	12	-	-
	<b>(5.927)</b>	(5.865)	<b>(16.912)</b>	(17.088)

## Notas Explicativas

### 24. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	5.318	5.382	15.712	16.377
Conservação e manutenção	1.817	2.215	5.153	6.625
Serviços de terceiros (a)	10.208	12.518	30.753	37.179
Seguros (vide Nota Explicativa nº 30)	371	486	1.337	1.507
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	1.031	1.023	2.942	2.972
Provisão para manutenção	1.415	1.824	4.245	6.391
Custos com construção	55.314	26.280	91.146	124.424
Depreciações e amortizações	8.495	10.209	25.513	29.977
Locação de imóveis e máquinas	413	427	1.467	1.244
Outros custos e despesas operacionais	1.741	2.047	5.317	4.715
	<b>86.123</b>	<b>62.411</b>	<b>183.585</b>	<b>231.411</b>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	81.678	56.231	168.126	215.023
Despesas gerais e administrativas	4.445	6.180	15.459	16.388
	<b>86.123</b>	<b>62.411</b>	<b>183.585</b>	<b>231.411</b>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

### 25. Resultado financeiro

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	2.338	2.847	8.493	8.637
Variação monetária ativa	1.022	-	2.127	-
Variação monetária sobre debêntures	4	595	6	2.121
Outras	1	-	17	-
	<b>3.365</b>	<b>3.442</b>	<b>10.643</b>	<b>10.758</b>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(10.086)	(9.849)	(29.740)	(28.670)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.014)	(5.345)	(13.292)	(17.016)
Variação monetária sobre debêntures	(5.319)	(6.182)	(27.431)	(33.088)
Variação monetária sobre financiamentos	(948)	-	(3.893)	-
Amortização de custos das debêntures	(161)	(155)	(929)	(1.164)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(571)	-	(1.713)	(1.332)
Juros sobre contrato de mútuo	(4.338)	(3.800)	(12.244)	(10.059)
Variação monetária ativa	(235)	(88)	(381)	(340)
Outros	(1)	(257)	(700)	(370)
	<b>(25.673)</b>	<b>(26.120)</b>	<b>(90.323)</b>	<b>(92.039)</b>
Resultado financeiro, líquido	<b>(22.308)</b>	<b>(22.678)</b>	<b>(79.680)</b>	<b>(81.281)</b>

## Notas Explicativas

### 26. Lucro/(prejuízo)por ação

#### a) Lucro/(Prejuízo)básico

O lucro/(prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Lucro/(prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	4.530	(3.742)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação	376.849	337.368
Lucro/(Prejuízo)básico por ação das operações continuadas	<u>0,01</u>	<u>(0,01)</u>

#### b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 22.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

### 27. Participação nos lucros e resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro de 2016, a participação nos lucros e resultados foi de R\$768 (R\$825 em 30 de setembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

### 28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.



## Notas Explicativas

### Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

#### a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

### Índices de endividamento

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	<b>670.713</b>	<b>689.048</b>
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<b>(72.044)</b>	<b>(102.327)</b>
Dívida Líquida	<b>598.669</b>	<b>586.721</b>
Patrimônio Líquido (ii)	<b>450.181</b>	<b>445.601</b>
Índice de endividamento líquido	<b>1,33</b>	<b>1,32</b>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

## Notas Explicativas

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (a)	Empréstimos e recebíveis	<b>3.263</b>	<b>4.003</b>
Clientes (b)	Empréstimos e recebíveis	<b>14.066</b>	<b>14.066</b>
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (a)	Empréstimos e recebíveis	<b>68.781</b>	<b>68.781</b>
Passivos:			
Fornecedores (b)	Outros passivos financeiros	<b>24.959</b>	<b>24.959</b>
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	<b>187.891</b>	<b>187.891</b>
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	<b>482.492</b>	<b>482.492</b>

- a) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- b) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- c) Os empréstimos e financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

#### b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$12.136 (R\$14.586 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

## Notas Explicativas

### d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	39.989	37.698	35.290	79.514
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	7.408	7.001	6.611	25.269
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	99.942	94.603	116.021	522.112

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (c)	Baixa de CDI	791	592	395
Debêntures (a)	Alta do IPCA	(60.280)	(61.272)	(62.270)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta da IPCA	(3.374)	(4.217)	(5.061)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta da TJLP	(11.703)	(14.629)	(17.554)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(74.566)</u>	<u>(79.526)</u>	<u>(84.490)</u>

(\*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

## Notas Explicativas

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,55%	6,94%	8,33%
TJLP (b)	7,50%	9,38%	11,25%
CDI (c)	11,60%	14,50%	17,40%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### 29. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$145 (R\$118 em 30 de setembro de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 30. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2016 a junho de 2017	158.815
“AllRisk” - responsabilidade civil	Junho de 2016 a junho de 2017	76.084
“AllRisk” - operacionais	Junho de 2016 a junho de 2017	1.639.386

### 31. Eventos Subsequentes

Em evento posterior a data-base das revisões trimestrais de 30 de setembro de 2016, a Ecopistas efetuou aumento de capital mediante aporte de recursos da sua controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. datado de 11 de outubro de 2016 no valor de R\$33.000.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de novembro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3